



ESTADO DE GOIÁS  
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
CÂMARA DE JULGAMENTO

Resolução nº 24/2023-CJ, de 09 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre o Auto de Infração nº 41.686, em nome da empresa  
Eleusa Maria Eleutério - ME., conforme processo nº 202200029006929

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Lei 18.673, de 21 de novembro de 2014, que trata dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando o auto de infração nº 41.686, lavrado em nome da empresa Eleusa Maria Eleutério - ME, com base no inciso II, do art. 6º, da Lei nº 18.673/2014;

Considerando que a empresa foi notificada na forma legal e não apresentou sua defesa;

Desconsiderar o Despacho nº 52/2023/AGR/CFT (000037504081) que passa a fazer parte integrante deste ato;

Considerando o que dispõe o § 3º, do art. 14, da Resolução Normativa nº 199/2022 – CR (000036590344), que trata da homologação de autos de infração no âmbito da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR;

Considerando a decisão por unanimidade de votos da Câmara de Julgamento, pela não homologação do auto de infração, consignada no Item 3, subitem 3.1, da ATA nº 08/2023 - AGR/CJ (000038000118), em reunião realizada em 09/02/2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Não homologar o Auto de Infração nº 41.686 (000035389434), em nome da empresa Eleusa Maria Eleutério - ME, considerando a sua irregularidade, por não constar a indicação da pessoa (motorista ou preposto) responsável pela infração, nos termos do que dispõe o inciso V, do § 1º, do art. 51, do Decreto nº 8.444/2015, .

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Gilvan do Espírito Santo Batista  
Coordenador

CÂMARA DE JULGAMENTO, Goiânia, 09 dias do mês de fevereiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN DO ESPIRITO SANTO BATISTA**,  
**Coordenador (a)**, em 14/02/2023, às 13:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art.  
3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **000037875489** e o código CRC **151AA091**.

---

CÂMARA DE JULGAMENTO  
AVENIDA GOIÁS , ED. VISCONDE DE MAUÁ 305 - Bairro CENTRO - GOIANIA - GO - CEP  
74005-010 - .



Referência: Processo nº 202200029006929



SEI 000037875489